

No. 40025

**Brazil
and
Federal Republic of Germany**

Exchange of notes constituting an agreement between Brazil and the Federal Republic of Germany approving a Special Agreement between the National Nuclear Energy Commission of Brazil and the Center for Nuclear Research of Jülich, of the Federal Republic of Germany, on Scientific and Technological Cooperation (with attachment). Brasília, 23 April 1971

Entry into force: *23 April 1971, in accordance with its provisions*

Authentic text: *Portuguese*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 1 March 2004*

**Brésil
et
République fédérale d'Allemagne**

Échange de notes constituant un accord entre le Brésil et la République fédérale d'Allemagne approuvant l'Accord spécial entre la Commission nationale brésilienne de l'énergie nucléaire et le Centre de recherche nucléaire de Jülich, en République fédérale d'Allemagne sur la coopération scientifique et technique (avec pièce jointe). Brasília, 23 avril 1971

Entrée en vigueur : *23 avril 1971, conformément à ses dispositions*

Texte authentique : *portugais*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 1er mars 2004*

[EXCHANGE OF NOTES -- ÉCHANGE DE NOTES]
[PORTUGUESE TEXT -- TEXTE PORTUGAIS]

i

DAI/DEOc/DCT/98/992.30(81a)

Em 23 de abril de 1971.

Senhor Embaixador,

Em 9 de junho de 1969, assinaram os Governos da República Federativa do Brasil e da República Federal da Alemanha um Acôrdo Geral de Cooperação nos Setores da Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico. Pelo Acôrdo Geral, firmado em Bonn pe los dois Ministros das Relações Exteriores, assentou-se que a cooperação teuto-brasileira se estabeleceria nos campos mais avançados da ciência e da tecnologia: energia nuclear, pesquisa espacial, pesquisa aeronáutica, oceanografia, documentação científica e processamento eletrônico de dados. Para tais fins, previu-se que os dois Governos concluiriam convênios especiais ou designariam para fazê-lo entidades competentes.

2. Em cumprimento dessas estipulações, a Comissão Nacional de Energia Nuclear do Brasil e o Centro de Pesquisas Nucleares de Jülich, da República Federal da Alemanha negociaram, por designação e com a assistência dos Governos da República Federativa do Brasil e da República Federal da Alemanha, um Convênio especial de colaboração no campo nuclear. Esse Convênio - o primeiro a concluir-se no âmbito do Acôrdo Geral de 1969 - abre perspectivas precisas de estreita e significativa cooperação, admitindo, além do intercâmbio de cientistas e de experiências, a realização em comum de projetos de Pesquisa.

3. Nos termos do artigo 1, número 3 do Acôrdo Geral de

de 1969, e para os fins do artigo 10 do Convênio especial, anexo a esta nota, e assinado simultaneamente pela Comissão Nacional de Energia Nuclear e pelo Centro de Pesquisas Nucleares de Jülich, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Governo brasileiro aprova o referido Convênio.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Em nome do Ministro de Estado:

(Jorge de Carvalho e Silva)
Secretário Geral de Política Exterior

A Sua Excelência o Senhor Karl Hermann Knoke,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da
República Federal da Alemanha.

II

n. 1.406

Brasília, DF., 23 de abril de 1971

Senhor Ministro,

Tenho a honra de confirmar o recebimento da nota de Vossa Excelência de 23 de abril de 1971 cujo teor é o seguinte:

[See note I -- Voir note I]

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o meu Governo concorda com as afirmações contidas nos números 1 e 2 e por sua vez em concordância com o artigo 1 alínea 3 do Acôrdio Geral e a fim do artigo 10 do Convênio Especial, aprova também a convenção especial mencionada no número 3.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar os protestos da minha mais alta consideração.

a) Karl Hermann Knoke

A Sua Excelência o Senhor
Mario Gibson Barboza
Ministro das Relações Exteriores do Brasil

CONVÊNIO ESPECIAL ENTRE A COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR E O CENTRO DE PESQUISA NUCLEAR EM JÜLICH LTDA SOBRE COOPERAÇÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA.

Artigo 1

A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e o Centro de Pesquisa Nuclear de Jülich Ltda. (KFA) concluem o presente Acôrdio como Convênio Especial, conforme o Artigo 1, parágrafo 3 do Acôrdio Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico, assinado pelos Governos da República Federativa do Brasil e da República Federal da Alemanha, em 9 de junho de 1969, em Bonn.

Artigo 2

(1) A CNEN e o KFA cooperarão nos seguintes setores da pesquisa nuclear e do desenvolvimento técnico nuclear:

1. Produção de energia nuclear
2. Matérias-primas usadas na técnica nuclear
3. Combustíveis e ciclos de combustíveis
4. Produção e aplicação de rádio-isótopos
5. Problemas de formação de pessoal
6. Proteção contra irradiação e segurança
7. Química nuclear
8. Física nuclear
9. Análise de sistema.

(2) A cooperação compreenderá o intercâmbio de cientistas e técnicos, a realização comum de projetos científicos, bem como apoio mútuo na obtenção de equipamentos científicos.

(3) A cooperação deverá incluir, além disso, a realização de cursos técnicos para cientistas brasileiros. O KFA esforçar-se-á, para tal fim, em enviar cientistas e técnicos altamente qualificados. Os temas das conferências serão fixados pelas Instituições Contratantes com seis meses de antecedência.

(4) A duração das atividades e outras condições de emprêgo dos colaboradores enviados no quadro do presente Convênio,

Convênio, bem como a realização de outros projetos, conforme o parágrafo 2) deste artigo serão regulamentadas pelas Partes Contratantes para cada caso isolado, em entendimento com outras instituições participantes.

Artigo 3

(1) Os cientistas e técnicos brasileiros enviados no quadro do presente Convênio, com os quais o KFA ou a Instituição por êle designada concluir contrato de trabalho, serão equiparados de pleno direito, durante o exercício das atividades a êles atribuídas, aos cientistas e técnicos alemães em funções análogas. Ficarão sujeitos às disposições do Direito do Trabalho Alemão e serão segurados contra acidentes de trabalho.

Cientistas e técnicos aos quais entidades alemãs concedam uma bolsa-de-estudo estarão sujeitos às condições usuais na concessão de tais bolsas, além das condições estabelecidas por entendimentos especiais entre êles e o KFA.

Serão segurados contra acidentes de trabalho pela instituição onde estejam trabalhando.

(2) Da mesma forma, os cientistas e técnicos alemães enviados no quadro do presente Convênio, com os quais a CNEN concluir um contrato de trabalho, serão equiparados aos colaboradores da CNEN. Serão remunerados segundo os níveis de vencimentos fixados para cientistas e técnicos estrangeiros e segurados contra acidentes de trabalho.

(3) Os cientistas e técnicos enviados por curto período, no quadro do presente Convênio, que não sejam contratados na forma prevista nos n.ºs 1 e 2 e que não recebem bolsa-de-estudo da parte alemã, bem como os docentes dos cursos previstos no artigo 2, parágrafo 3, recebem da Parte Contratante recedora, durante o período da sua visita ao país recebedor, uma indenização calculada por dia de estada. O montante da diária será fixado pelas Instituições Contratantes, cada vez para o período de um ano calendário, levando-se em consideração o

o custo de vida na Alemanha e no Brasil.

Artigo 4

(1) As despesas de viagem dos cientistas e técnicos enviados no quadro do presente Convênio serão pagas pela Instituição Contratante remetente.

(2) Conforme o artigo 3, parágrafo 1 do Acôrdio Geral Teuto-Brasileiro de 9 de junho de 1969, cada Instituição Contratante criará um fundo especial para o pagamento das despesas de viagem e das indenizações mencionadas no artigo 3, parágrafo 3.

Artigo 5

(1) Às invenções que cientistas ou técnicos brasileiros fizerem durante o exercício na RFA de suas atividades previstas no presente Convênio será aplicada a legislação alemã eobre invenções de assalariados.

(2) Da mesma maneira, será aplicada a legislação brasileira sôbre propriedade industrial a invenções feitas no Brasil por cientistas ou técnicos alemães, durante o exercício da mesma atividade.

Artigo 6

(1) Se uma invenção fôr feita exclusivamente ou, pelo menos 50% por um cientista ou técnico brasileiro enviado conforme o artigo 2 do presente Convênio e a instituição alemã empregadora reivindicar essa invenção, deverá ser concedida à CNEN uma licença sôbre a patente que a instituição alemã vier a obter no Brasil. A licença é isenta de taxas, desde que a invenção seja usada exclusivamente para fins de pesquisa. Em caso de uma utilização comercial da invenção, deverá ser paga uma taxa de licença adequada. Ao fixar-se o montante da taxa, serão concedidas à CNEN as condições mais favoráveis. A licença não é exclusiva e irrevogável. Poderão ser concedidas sub-licenças, em entendimento com o titular alemão dos direitos de patente no Brasil.

Brasil.

Se a instituição alemã que reivindicar a invenção não tiver interesse direto ou requerer a concessão de patente brasileira, consultará a CNEN sobre se esta tem interesse em que a instituição alemã apresente tal requerimento de patente. Em caso afirmativo, a CNEN solicitará à instituição alemã que requeira a patente brasileira, reembolsando-lhe todas as despesas no Brasil, vinculadas ao requerimento do registro e à conservação dos direitos de patente.

(2) Se uma invenção fôr feita exclusivamente ou, pelo menos, 50% por um cientista ou técnico alemão enviado conforme o artigo 2 do presente Convênio, e a instituição brasileira em empregadora reivindicar essa invenção, deverá ser concedida ao KFA uma licença sobre a patente que a instituição brasileira vier a obter na RFA. A licença é isenta de taxas, desde que a invenção seja usada exclusivamente para fins de pesquisa. Em caso de uma utilização comercial da invenção, deverá ser paga uma taxa de licença adequada. Ao fixar-se o montante da taxa, serão concedidas ao KFA as condições mais favoráveis. A licença não é exclusiva e irrevogável. Poderão ser concedidas sub-licenças, em entendimento com o titular brasileiro dos direitos de patente na Alemanha.

Se a instituição brasileira que reivindicar a invenção não tiver interesse direto em requerer a concessão de patente alemã, consultará o KFA sobre se este tem interesse em que a instituição brasileira apresente tal requerimento de patente. Em caso afirmativo, o KFA solicitará à instituição brasileira que requeira a patente alemã, reembolsando-lhe todas as despesas na RFA, vinculadas ao requerimento do registro e à conservação dos direitos de patente.

(3) Caso os cientistas ou técnicos enviados no quadro do presente Convênio exerçam suas atividades em estabelecimentos pelos quais a Instituição Contratante recebedora não é juridicamente responsável, a Instituição Contratante se esforçará para que o responsável do estabelecimento conceda à Par

Parte Contratante remetente o tratamento a que se referem os parágrafos 1 e 2.

Artigo 7

Conhecimentos e experiências não publicados que os colaboradores enviados no âmbito do presente Convênio adquiriram em instituições do país da Instituição Contratante, deverão ser tratados confidencialmente.

Artigo 8

As Instituições Contratantes manterão a Comissão Mista Teuto-Brasileira informada sobre o estado da cooperação, mediante relatórios anuais sobre o programa de cooperação.

Artigo 9

(1) As Instituições Contratantes, reciprocamente, não se responsabilizam por prejuízos causados por um cientista ou técnico enviado no quadro do presente Convênio. O cientista ou técnico não será tampouco responsabilizado, em tal caso, pelas Instituições Contratantes.

(2) Caso um cientista ou técnico enviado no quadro do presente Convênio, segundo a legislação do país recebedor, seja responsável em relação a terceiros por um prejuízo por êle causado no exercício das suas atividades, a Instituição Contratante, para cujo país êle foi enviado, o dispensará dessa responsabilidade, na medida em que não estiver segurado.

Artigo 10

O presente Convênio Especial entrará em vigor uma vez aprovado pelos respectivos Governos, mediante troca de notas.

Artigo 11

O presente Convênio Especial poderá ser rescindido por qualquer das Instituições Contratantes, mediante aviso prévio de, pelo menos doze meses.

Brasília, em 23 de abril de 1971.

Pela Comissão Nacional
de Energia Nuclear

Pelo Centro de Pesquisas
Nucleares de Jülich

Hervásio G. de Carvalho

Karl H. Beckurts.

[TRANSLATION — TRADUCTION]

I

DAI/DEOc/DCT/98/992.30 (81a)

23 April 1971

Sir,

On 9 June 1969, the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Federal Republic of Germany signed a General Agreement concerning cooperation in scientific research and technological development. Through this General Agreement, signed at Bonn by the two Ministers for Foreign Affairs, it was agreed that German-Brazilian cooperation would be established in the most advanced fields of science and technology: nuclear research, space research, aeronautic research, oceanographic research, scientific documentation and electronic data processing. To that end, it was envisaged that the two Governments would conclude special agreements or designate entities competent to do so.

Pursuant to these stipulations, the National Nuclear Energy Commission of Brazil and the Jülich Nuclear Research Centre of the Federal Republic of Germany, on instructions from and with the assistance of the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Federal Republic of Germany, negotiated a Special Agreement on cooperation in the field of nuclear energy. This Agreement - the first to be concluded within the framework of the General Agreement of 1969 - paves the way for close, significant cooperation, including not only the exchange of scientists and experience but also the implementation of joint research projects.

Under the terms of article 1, paragraph 3, of the General Agreement of 1969 and for the purposes of article 10 of the Special Agreement, annexed hereto and signed simultaneously by the National Commission on Nuclear Energy and the Jülich Nuclear Energy Centre, I have the honour to inform you that the Brazilian Government approves the aforementioned Agreement.

Accept, Sir, the renewed assurances of my highest consideration.

On behalf of the Minister of State for Foreign Affairs:

JORGE DE CARVALHO E SILVA
General Secretary for Foreign Affairs

H.E. Mr. Karl Hermann Knoke
Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary
of the Federal Republic of Germany

II

Brasilia, 23 April 1971

Sir,

I have the honour to confirm receipt of your note of 23 April 1971, which reads as follows:

[See Note I]

I have the honour to inform you that my Government agrees to the terms of the first two paragraphs and, in its turn, pursuant to article 1, paragraph 3, of the General Agreement and with the end of article IO of the Special Agreement, also approves the Special Agreement mentioned in the third paragraph.

Accept, Sir, the assurances of my highest consideration.

KARL HERMANN KNOKE

H.E. Mr. Mario Gibson Barboza
Minister for Foreign Affairs of Brazil

SPECIAL AGREEMENT BETWEEN THE NATIONAL NUCLEAR ENERGY COMMISSION AND THE JÜLICH NUCLEAR RESEARCH CENTRE, LTD. ON COOPERATION IN THE FIELDS OF SCIENCE AND TECHNOLOGY

Article 1

The National Nuclear Energy Council (CNEN) and the Jülich Nuclear Research Centre, Ltd. (KFA) hereby conclude this Agreement as a Special Agreement under article I, paragraph 3, of the General Agreement concerning cooperation in scientific research and technical development, signed by the Governments of the Federative Republic of Brazil and the Federal Republic of Germany at Bonn on 9 June 1969.

Article 2

(1) CNEN and KFA shall cooperate in the following areas of nuclear research and the development of nuclear technology:

1. Production of nuclear energy;
2. Raw materials used in nuclear technology;
3. Fuels and fuel cycles;
4. Production and application of radioisotopes;
5. Staff training problems;
6. Protection from irradiation and insurance;
7. Nuclear chemistry;
8. Nuclear physics;
9. System analysis.

(2) Cooperation shall include the exchange of scientists and technicians, the joint implementation of scientific projects and mutual support in obtaining scientific equipment.

(3) Cooperation shall also include the holding of technical courses for Brazilian scientists. KFA shall endeavour to assign highly qualified scientists and technicians for that purpose, The subjects of the lectures shall be determined by the Contracting Institutions six months in advance.

(4) The length of service and the other conditions of employment of the cooperating workers assigned under this Agreement and the implementation of other projects under paragraph (2) of this article shall be regulated by the Contracting Parties on a case-by-case basis by agreement with other participating institutions.

Article 3

(1) Brazilian scientists and technicians assigned under this Agreement with whom KFA or the institution designated by it enters into employment contracts shall be accorded all the same rights during the exercise of their functions as are accorded to German scien-

tists and technicians employed on similar work. They shall be subject to the provisions of German labour law and shall be insured against industrial accidents. Scientists and technicians who receive fellowships from German institutions shall be subject to the usual conditions for the award thereof, in addition to any conditions established by special agreement between them and KFA. They shall be insured against industrial accidents by the institutions which employ them.

(2) Similarly, German scientists and technicians assigned under this Agreement with whom CNEN enters into employment contracts shall enjoy the same rights as the staff of CNEN. They shall be paid according to the scale of remuneration established by CNEN for foreign scientists and technicians and shall be insured against industrial accidents.

(3) Scientists and technicians on short-term assignment under this Agreement who are not engaged in accordance with paragraphs (1) and (2) and who do not receive a German fellowship, as well as the teachers of the courses mentioned in article 2, paragraph (3), shall be paid a daily allowance by the receiving Contracting Party for the duration of their stay in the receiving State. The amount of the daily allowance shall be fixed by the Contracting Institutions for successive periods of one calendar year, account being taken of the respective costs of living in Germany and Brazil.

Article 4

(1) Travel costs for scientists and technicians assigned under this Agreement shall be borne by the sending Contracting Institution.

(2) In accordance with article 3, paragraph (1), of the German-Brazilian General Agreement of 9 June 1969, each Contracting Institution shall establish a special fund for payment of the travel costs and the allowance mentioned in article 3, paragraph (3).

Article 5

(1) Inventions made by Brazilian scientists or technicians while exercising the functions envisaged in this Agreement in the Federal Republic of Germany shall be subject to German legislation on inventions made by employees.

(2) Similarly, Brazilian legislation on industrial property shall apply to inventions made in Brazil by German scientists or technicians during the exercise of the same functions.

Article 6

(1) Where an invention is made entirely, or at least 50 per cent, by a Brazilian scientist or technician assigned under article 2 of this Agreement and where the German employing institution lays claim to that invention, CNEN shall be granted a licence for a patent obtained in Brazil by the German institution. The licence shall be free of charge so long as the invention is used only for research purposes. Where the invention is used commercially, an appropriate fee shall be paid. In establishing the amount of the said fee, the most favourable terms shall be granted to CNEN. The licence shall not be exclusive and shall be irre-

vocable. Secondary licences may be issued by agreement with the German holder of the patent in Brazil. Where the German institution which has laid claim to the invention has no direct interest in applying for a Brazilian patent, it shall consult CNEN as to whether the latter is interested in the German institution's submitting such an application. If the answer is in the affirmative, CNEN shall request the German institution to apply for the Brazilian patent and shall reimburse it for all costs incurred in Brazil in connection with the application for and maintenance of the patent.

(2) Where an invention is made entirely, or at least 50 per cent, by a German scientist or technician assigned under article 2 of this Agreement and where the Brazilian employing institution lays claim to that invention, KFA shall be granted a licence for a patent obtained in the Federal Republic of Germany by the Brazilian institution. The licence shall be free of charge so long as the invention is used only for research purposes. Where the invention is used commercially, an appropriate fee shall be paid. In establishing the amount of the said fee, the most favourable terms shall be granted to KFA. The licence shall not be exclusive and shall be irrevocable. Secondary licences may be issued by agreement with the Brazilian holder of the patent in Germany. Where the Brazilian institution which has laid claim to the invention has no direct interest in applying for a German patent, it shall consult KFA as to whether the latter is interested in the Brazilian institution's submitting such an application. If the answer is in the affirmative, KFA shall request the Brazilian institution to apply for the German patent and shall reimburse it for all costs incurred in the Federal Republic of Germany in connection with the application for and maintenance of the patent.

(3) Where scientists and technicians assigned under this Agreement exercise their functions in establishments for which the receiving Contracting Institution is not legally responsible, the said Contracting Institution shall endeavour to ensure that the entity responsible for the establishment accords to the sending Contracting Party the treatment mentioned in paragraphs (1) and (2).

Article 7

Unpublished knowledge and experience acquired by collaborators assigned under this Agreement at institutions in the country of the receiving Contracting Institution shall be treated confidentially.

Article 8

The Contracting Institutions shall keep the German-Brazilian Mixed Commission informed of the situation in the matter of cooperation by means of annual reports on the co-operation programme.

Article 9

(1) The Contracting Institutions shall not hold each other liable for damage caused by a scientist or technician assigned under this Agreement, nor shall the scientist or technician be held liable by the Contracting Institutions in such cases.

(2) Where scientists or technicians assigned under this Agreement, pursuant to the law of the receiving country, are held liable vis-à-vis third parties for damage caused by them during the exercise of their functions, the Contracting Institution of the country to which they were assigned shall release them from such liability in the event that they are not covered by insurance.

Article 10

This Special Agreement shall enter into force as soon as the two Governments have approved it through an exchange of notes.

Article 11

This Special Agreement may be denounced by either Contracting Institution on not less than 12 months' notice.

[Done at] Brasilia on 23 April 1971.

For the National Nuclear Energy Commission:

HERVÁSIO G. DE CARVALHO

For the Jülich Nuclear Research Centre, Ltd.:

KARL H. BECKURTS

[TRANSLATION — TRADUCTION]

I

DAI/DEOc/DCT/98/992.30 (81a)

Le 23 avril 1971

Monsieur,

Le 9 juin 1969, le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et la République fédérale d'Allemagne ont signé l'Accord général de coopération dans les domaines de la recherche scientifique et du développement technologique.

Au titre de cet Accord général, signé à Bonn par les deux Ministres des affaires étrangères, il a été décidé que la coopération germano-brésilienne serait établie dans les domaines scientifiques et techniques de pointe : recherche nucléaire, recherche spatiale, recherche aéronautique, recherche océanographique, documentation scientifique et traitement électronique de l'information. À cette fin, il a été envisagé que les deux gouvernements concluraient des accords spéciaux ou désigneraient des entités compétentes à cet effet.

Conformément à ce qui précède, la Commission nationale de l'énergie nucléaire du Brésil et le Centre de recherche nucléaire de Jülich de la République fédérale d'Allemagne, sur les instructions et avec l'assistance du Gouvernement de la République fédérative du Brésil et du Gouvernement de la République fédérale d'Allemagne ont négocié un Accord spécial de coopération dans le domaine de l'énergie nucléaire. Ledit Accord - le premier à être conclu dans le cadre de l'Accord général de 1969 - ouvre la voie à une coopération étroite et importante, y compris notamment l'échange de scientifiques et d'expérience, mais aussi l'exécution de projets de recherche conjoints.

Aux termes du paragraphe 3 de l'article premier de l'Accord général de 1969, et aux fins de l'article 10 de l'Accord spécial ci-annexé et signé simultanément par la Commission nationale de l'énergie nucléaire et le Centre de l'énergie nucléaire de Jülich, j'ai l'honneur de vous informer que le Gouvernement brésilien approuve l'Accord susmentionné.

Veillez agréer, Monsieur, l'assurance, etc.

JORGE DE CARVALHO E SILVA

Secrétaire général des affaires étrangères

(au nom du Ministre d'État chargé des affaires étrangères)

Monsieur Karl Hermann Knoke
Ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire
de la République fédérale d'Allemagne

II

Brasilia, le 23 avril 1971

Monsieur,

J'ai l'honneur d'accuser réception de votre note du 23 avril 1971 ainsi libellée :

[Voir Note I]

J'ai le plaisir de vous faire savoir que les dispositions des deux premiers paragraphes de la note précitée rencontrent l'agrément de mon Gouvernement qui, à son tour, conformément au paragraphe 2 de l'article premier de l'Accord général et la fin de l'article 10 de l'Accord spécial, approuve l'Accord spécial mentionné au troisième paragraphe.

Veillez agréer, etc.

KARL HERMANN KNOKE

Son Excellence
Monsieur Mario Gibson Barboza
Ministre des affaires étrangères du Brésil

ACCORD SPÉCIAL DE COOPÉRATION SCIENTIFIQUE ET TECHNIQUE ENTRE
LA COMMISSION NATIONALE DE L'ÉNERGIE NUCLÉAIRE ET LE CENTRE
DE RECHERCHE NUCLÉAIRE DE JÜLICH LTD.

Article premier

La Commission nationale de l'énergie nucléaire (CNEN) et le Centre de recherche nucléaire de Jülich Ltd. (KFA) concluent le présent Accord en tant qu'Accord spécial aux termes du paragraphe 3 de l'article premier de l'Accord général de coopération dans les domaines de la recherche scientifique et du développement technologique, signé à Bonn le 9 juin 1969 entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République fédérale d'Allemagne.

Article 2

1. La coopération entre la CNEN et le KFA aura lieu dans les domaines suivants de la recherche nucléaire et du développement de la technologie nucléaire :

- 1) Production d'énergie nucléaire ;
- 2) Matières premières utilisées dans la technologie nucléaire ;
- 3) Combustibles et cycles de combustibles ;
- 4) Production et application de radioisotopes ;
- 5) Formation de personnel ;
- 6) Protection de l'irradiation et assurance ;
- 7) Chimie nucléaire ;
- 8) Physique nucléaire ;
- 9) Analyse de systèmes.

2. La coopération porte sur l'échange de scientifiques et de techniciens, l'exécution conjointe de projets scientifiques, ainsi qu'une entraide pour l'obtention d'équipements scientifiques.

3. La coopération porte également sur l'organisation de cours techniques à l'intention des scientifiques brésiliens. Le KFA s'efforce, à cette fin, de détacher des scientifiques et des techniciens hautement qualifiés. Les thèmes des cours sont déterminés six mois à l'avance par les Institutions contractantes.

4. Les Institutions contractantes déterminent au cas par cas et d'un commun accord avec les autres institutions participantes, la durée des activités et les autres conditions d'emploi des coopérants détachés au titre du présent Accord ainsi que les modalités de réalisation des autres projets conformément au paragraphe 2 du présent article.

Article 3

1. Les scientifiques et techniciens brésiliens détachés au titre du présent Accord et avec lesquels le KFA ou l'institution désigné par lui aura conclu un contrat de travail se verront accorder, dans l'exercice de leurs fonctions, les mêmes droits que les scientifiques et techniciens allemands exerçant des fonctions analogues. Ils seront soumis au droit du travail allemand et seront assurés contre les accidents du travail. Les scientifiques et les techniciens qui recevront une bourse d'un organisme allemand seront soumis aux conditions habituelles d'octroi de ces bourses, indépendamment des conditions fixées dans les accords qu'ils auront conclus avec le KFA. Ils seront assurés contre les accidents du travail par les organismes qui les emploient.

2. De la même façon, les scientifiques et les techniciens allemands détachés auprès de la CNEN au titre du présent Accord et avec lesquels la CNEN aura conclu un contrat de travail jouiront des mêmes droits que le personnel de la CNEN. Ils seront classés dans les catégories de rémunération prévues par la CNEN pour les scientifiques et les techniciens étrangers et seront assurés contre les accidents du travail.

3. Les scientifiques et les techniciens détachés pour une période de courte durée au titre du présent Accord et qui ne sont pas employés dans les formes prévues aux paragraphes 1 et 2 ou ne bénéficient pas d'une bourse d'études allemande, ainsi que les chargés de cours visés au paragraphe 3 de l'article 2, recevront une indemnité journalière de la Partie contractante d'accueil, pendant la durée de leur séjour dans l'État d'accueil. Le taux de cette indemnité journalière sera fixé par les Institutions contractantes pour des périodes successives d'une année civile, en fonction du coût de la vie en Allemagne et au Brésil.

Article 4

1. Les frais de voyage des scientifiques et des techniciens détachés au titre du présent Accord sont à la charge de l'Institution contractante d'envoi.

2. Conformément au paragraphe 1 de l'article 3 de l'Accord général germano-brésilien du 9 juin 1969, chaque Institution contractante met en place un fonds spécial pour le paiement des frais de voyage et l'indemnité journalière visée au paragraphe 3 de l'article 3.

Article 5

1. Les inventions faites par les scientifiques et techniciens brésiliens dans l'exercice, en République fédérale d'Allemagne, de leurs fonctions envisagées dans le présent Accord sont soumises à la législation allemande applicable aux inventions faites par des salariés.

2. De la même manière, la législation brésilienne relative à la propriété industrielle est applicable aux inventions faites au Brésil par des scientifiques et techniciens allemands dans l'exercice de leurs fonctions.

Article 6

1. Si une invention est faite entièrement ou au moins à concurrence de 50 p. 100 par un scientifique ou un technicien brésilien détaché conformément à l'article 2 du présent Accord et si l'institution allemande qui l'emploie revendique cette invention, une licence devra être accordée au CNEN sur le brevet obtenu au Brésil par ladite institution allemande. Cette licence sera exemptée de redevances à condition que l'invention soit exclusivement utilisée à des fins de recherche. Si l'invention est utilisée à des fins commerciales, une redevance appropriée devra être versée. Pour le calcul de cette redevance, la CNEN bénéficiera des conditions les plus favorables. Cette licence ne sera pas exclusive et sera irrévocable. Il pourra être accordé des sous-licences sur les droits de brevet au Brésil, en accord avec leurs titulaires allemands. Si l'institution allemande revendiquant l'invention n'a pas d'intérêt direct à demander un brevet au Brésil, elle consultera la CNEN pour savoir si celle-ci est intéressée par une telle demande de brevet. Dans l'affirmative, la CNEN priera l'institution allemande de demander un brevet brésilien et lui remboursera tous les frais occasionnés au Brésil par la demande et les renouvellements du brevet.

2. Si une invention est faite entièrement ou au moins à concurrence de 50 p 100 par un scientifique ou un technicien allemand détaché conformément à l'article 2 du présent Accord et si l'institution brésilienne qui l'emploie revendique cette invention, une licence devra être accordée au KFA sur le brevet obtenu en République fédérale d'Allemagne par ladite institution brésilienne. Cette licence sera exemptée de redevances à condition que l'invention soit exclusivement utilisée à des fins de recherche. Si l'invention est utilisée à des fins commerciales, une redevance appropriée devra être versée. Pour le calcul de cette redevance, le KFA bénéficiera des conditions les plus favorables. Cette licence ne sera pas exclusive et sera irrévocable. Il pourra être accordé des sous-licences sur les droits de brevet en République fédérale d'Allemagne, en accord avec leurs titulaires brésiliens. Si l'institution brésilienne revendiquant l'invention n'a pas d'intérêt direct à demander un brevet en République fédérale d'Allemagne, elle consultera le KFA pour savoir si celui-ci est intéressé par une telle demande de brevet. Dans l'affirmative, le KFA priera l'institution brésilienne de demander un brevet allemand et lui remboursera tous les frais occasionnés en République fédérale d'Allemagne par la demande et les renouvellements du brevet.

3. Lorsque les scientifiques et les techniciens détachés au titre du présent Accord exercent leurs fonctions dans des établissements dont les Institutions contractantes ne sont pas juridiquement responsables, lesdites Institutions contractantes font en sorte que le responsable de l'établissement accorde à l'Institution contractante le traitement visé aux paragraphes 1 et 2.

Article 7

Les connaissances et les données d'expérience non publiées que les collaborateurs détachés au titre du présent Accord auront acquises dans des établissements du pays de l'Institution contractante d'accueil seront traitées confidentiellement.

Article 8

Les Institutions contractantes tiendront la Commission germano-brésilienne informée de l'état de leur coopération au moyen de rapports annuels sur leur programme de coopération.

Article 9

1. Les Institutions contractantes ne seront pas tenus responsables l'une envers l'autre des dommages causés par un scientifique ou un technicien détaché au titre du présent Accord et les Institutions contractantes ne tiendront pas un scientifique ou un technicien responsable dans lesdits cas.

2. Lorsque des scientifiques ou des techniciens détachés au titre du présent Accord sont tenus responsables vis-à-vis de tiers, conformément à la législation du pays d'accueil, des dommages causés par eux dans l'exercice de leurs fonctions, l'Institution contractante du pays auquel ils ont été affectés les déchargera de cette responsabilité au cas où ils ne sont pas couverts par une assurance.

Article 10

Le présent Accord spécial entrera en vigueur dès qu'il aura été approuvé par les deux gouvernements au moyen d'un échange de notes.

Article 11

Le présent Accord spécial pourra être dénoncé par l'une ou l'autre des Institutions contractantes moyennant préavis d'au moins 12 mois.

Fait à Brasilia, le 23 avril 1971

Pour la Commission nationale de l'énergie nucléaire :
HERVÁSIO G. DE CARVALHO

Pour le Centre de recherche nucléaire de Jülich Ltd. :
KARL H. BECKURTS

